

Geradora Eólica
Bons Ventos da
Serra I S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 Dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e aos Diretores da
Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

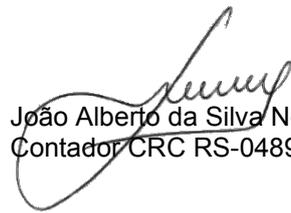
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 30 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T/-CE

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	658	9.023	Financiamentos	10	2.509	4.007
Depósitos vinculados	7	344	-	Debêntures	10	57	-
Contas a receber	5	1.219	1.072	Fornecedores a pagar		3.272	2.158
Estoques		-	48	Encargos tributários		277	81
Despesas antecipadas	6	843	1.694	Encargos trabalhistas		81	242
Outros ativos		94	130	Retenções contratuais		515	479
Total do ativo circulante		3.158	11.967	Dividendos a pagar		55	-
				Outras contas a pagar	11	575	-
				Total do passivo circulante		7.341	6.967
Depósitos vinculados	7	6.354	-	Outras contas a pagar	11	1.435	1.050
Impostos a recuperar		363	528	Debêntures	10	13.055	10.773
Outras contas a receber	8	-	1.906	Financiamentos	10	32.439	31.634
Imobilizado	9	124.784	107.606	Total do passivo não circulante		46.929	43.457
Total do ativo não circulante		131.501	110.040	Patrimônio líquido	13		
				Capital social		80.212	72.412
				Reserva de lucros		177	-
				Prejuízos acumulados		-	(829)
				Total do patrimônio líquido		80.389	71.583
Total do ativo		134.659	122.007	Total do passivo e patrimônio líquido		134.659	122.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2016	2015
Receita de venda de energia	14	3.914	-
Custo de operação	15	<u>(3.150)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		764	-
Despesas administrativas	16	(4.026)	(6.120)
Outras receitas (despesas), líquidas	17	<u>6.680</u>	<u>11.907</u>
Resultado antes das receitas financeiras, líquidas e impostos		3.418	5.787
Receitas financeiras		741	1.103
Despesas financeiras		<u>(2.513)</u>	<u>(6.655)</u>
Resultado financeiro líquido	18	(1.772)	(5.552)
Resultado antes dos impostos		1.646	235
IRPJ e CSLL corrente	19	(419)	(40)
IRPJ e CSLL diferidos	19	<u>(166)</u>	<u>528</u>
Lucro líquido do exercício		<u>1.061</u>	<u>723</u>
Quantidade de ações		168.150	151.490
Lucro líquido por ação R\$		6,31	4,77

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	1.061	723
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>1.061</u></u>	<u><u>723</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucro	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2014	53.412	-	-	(1.552)	51.860
Aumento de capital	19.000	-	-	-	19.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	723	723
Saldo em 31 de dezembro de 2015	72.412	-	-	(829)	71.583
Aumento de capital	7.800	-	-	-	7.800
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.061	1.061
Constituição de reservas	-	11	166	(177)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(55)	(55)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	80.212	11	166	-	80.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.061	723
Ajustes para:		
Depreciação	1.617	16
Juros provisionados	5.891	575
Rendimento de aplicações financeiras	(738)	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	419	40
Imposto de renda e contribuição social diferidos	166	(528)
	<u>8.416</u>	<u>826</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(147)	(947)
Estoques e outros ativos	2.842	(1.694)
Fornecedores a pagar e outros passivos	1.725	1.852
	<u>12.836</u>	<u>37</u>
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		
	<u>12.836</u>	<u>37</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Depósito vinculado	(5.960)	-
Aquisição de imobilizado	(18.794)	(7.326)
	<u>(24.754)</u>	<u>(7.326)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		
	<u>(24.754)</u>	<u>(7.326)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aporte de capital de acionistas	7.800	19.000
Captação por debêntures	-	10.300
Custos de captação a amortizar	(142)	-
Recursos provenientes de novos financiamentos	-	35.868
Pagamento de empréstimos - principal	(1.171)	-
Pagamento de empréstimos - juros	(2.934)	(53.375)
	<u>3.553</u>	<u>11.793</u>
Caixa proveniente das atividades de financiamento		
	<u>3.553</u>	<u>11.793</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(8.365)</u>	<u>4.505</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	9.023	4.518
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>658</u>	<u>9.023</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(8.365)</u>	<u>4.505</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. (“BVS” ou “Companhia”), sociedade de propósito específico, com sede na cidade de Fortaleza, CE, e filial na Fazenda Malhadinha I no município de Ibiapina-CE, tem por objetivo social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a Central Geradora Eólica Malhadinha I, bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente da central geradora eólica Malhadinha I e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade, ligados exclusivamente à Central Geradora Eólica Malhadinha I.

A EOL Malhadinha I, propriedade da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A., vendeu 12 MW no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL, realizado em 18 de agosto de 2011, conforme o Edital de Leilão nº 03/2011-ANEEL

A Servtec Investimentos e Participações Ltda. e a Brave Winds Geradora II S.A., são os acionistas (“Acionistas”) da BVS, com 50,00% cada.

Em dezembro de 2014, a Companhia protocolou na ANEEL o pedido de aptidão para operar em face do atraso no sistema de transmissão de responsabilidade da concessionária CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que possui a concessão dos direitos de transmissão. Foi publicado em 09 de fevereiro de 2015 no Diário Oficial da União (DOU) a liberação da Companhia como apta para operar a partir de 30 de dezembro de 2014.

A ANEEL publicou em 21 de setembro de 2016 o Despacho nº 2.527, liberando as unidades geradoras da BVS para início das operações em fase de teste a partir de 22 de setembro de 2016. Em 19 de outubro de 2016 foi publicado o Despacho nº 2.793, autorizando o início das operações de geração a partir da data de 20 de outubro de 2016. Desde esta data, a Companhia está disponibilizando no Sistema a energia produzida.

1.1 Resolução normativa

A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e a exploração da Central Geradora Eólica EOL Malhadinha I, com potência instalada de 23,1 MW/h. O prazo de autorização é de 35 anos, contados a partir da publicação da respectiva Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL ou a pedido da autorizada. Detalhes da Resolução concedida pela ANEEL:

Usina	Resolução ANEEL	Data da publicação
EOL Malhadinha I	Portaria 228, de 10 de abril de 2012	16 de abril de 2012

1.2 Contrato de Energia de Reserva (CER)

O contrato de venda de energia foi firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 15 de agosto de 2012, por um prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade GWh/ano	Preço R\$/MWh Agosto/2011	Início da operação comercial	Final do contrato
EOL Malhadinha I	105,1	98,95	01/07/2014	Jun/2034

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de julho, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de setembro de 2011.

O contrato de venda de energia prevê a composição dos rendimentos em receita fixa mensal, receita variável e receita antecipada, conforme comentado na nota 5.

1.3 Custo de implantação

O custo total do projeto foi de R\$ 131,8 mil. Os recursos necessários para a conclusão do empreendimento apresentam as seguintes fontes de origem:

Origem	Valor (mil)	%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	39,8	30,20%
Recursos próprios	80,2	60,85%
Debêntures incentivadas	10,3	7,81%
Receita financeira	1,5	1,14%
	<u>131,8</u>	<u>100%</u>

Em 20 de março de 2012, o projeto foi enquadrado para análise da viabilidade do apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade *Project Finance*. Entretanto, devido à alteração no fornecedor dos aerogeradores e da consequente alteração na modalidade de contratação de *full EPC (Engineering, Procurement and Construction Contracts)* para contratação de fornecimento dos aerogeradores e *BOP (Balance of Plant Equipment)* civil e eletromecânico, foi necessária a solicitação de novo enquadramento. Este novo enquadramento ocorreu em 7 de janeiro de 2014, já considerando os contratos vigentes para implantação do parque eólico.

Os recursos de origem do BNDES - FINEM foram liberados parcialmente em agosto de 2015 no montante de R\$ 35,8 milhões, e o saldo residual está previsto para liberação no mês de abril de 2017.

1.4 Outros aspectos relevantes

REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura

Com relação aos tributos de competência Federal, o Projeto está enquadrado no REIDI (Lei nº 11.488/07), isentando suas aquisições de bens do ativo e contratações de serviços do PIS-Importação e da COFINS-Importação, e seus fornecedores nacionais de PIS e COFINS sobre as receitas de suas respectivas operações de venda ao projeto.

Enquadramento do projeto como prioritário

Em 05 de dezembro de 2013, foi publicado no DOU a Portaria nº 425 emitida pelo MME - Ministério de Minas e Energia aprovando como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Malhadinha I, de titularidade da empresa Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Regime Especial de Tributação

Em 04 de dezembro de 2014, foi publicado no DOU o Ato Declaratório Executivo nº 123 de 03 de dezembro de 2014 reconhecendo a opção da Companhia pelo regime especial de tributação relativamente à contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

Licença ambiental e autorizações

Em 31 de dezembro de 2013, o projeto já possuía todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para implantação do parque.

Em novembro de 2014, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (“SEMACE”), emitiu as licenças de operação do parque (nº. 314/2014) e da linha de transmissão (nº. 310/2014) com validade até outubro de 2018.

1.5 Administração e governança

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A Diretoria é composta por um diretor administrativo-financeiro e um diretor técnico, eleitos pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração é composto por quatro membros efetivos e igual número de suplentes.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findo em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** – provisão para desmobilização dos ativos em operação;

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Benefício a empregados

3.1.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.2 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita e despesas de juros;
- juros sobre empréstimos e financiamentos, e, comissão de fiança; e
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

3.3 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

3.3.1 *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

A Companhia deve compensar os ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes se, a Companhia:

- tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4 **Imobilizado**

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os itens referentes a imobilizado em construção e/ou em andamento que ainda não constam em operação foram registrados como ativo.

(ii) *Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação utilizadas pela companhia estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09 e serão aplicadas a partir do momento que a planta estiver efetivamente energizada e pronta para operar. Data ocorrida em 22 de setembro de 2016 através do Despacho nº 2.527 da ANEEL referente ao início da fase de testes da operação.

(iii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iv) *Provisão para desmobilização*

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como

parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.5 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

3.5.1 Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.6 Financiamentos e empréstimos

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, estão incluídos no custo do imobilizado em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme CPC 20 - Custos de Empréstimos, considerando os seguintes critérios para capitalização: a) O período de capitalização ocorre quando o ativo qualificável encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item encontra-se disponível para utilização; b) Os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização ou, para aqueles ativos nos quais foram obtidos empréstimos específicos, as taxas destes empréstimos específicos; c) Os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e d) Os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil estimada determinados para o item ao qual foram incorporados.

Os demais custos incorridos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

3.7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.9 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Quando existentes, a Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na realização das obrigações de curto prazo.

(iii) *Empréstimos e recebíveis*

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Quando existentes, tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa, equivalentes de caixa e outras contas a receber.

(iv) *Passivos financeiros não derivativos*

Quando existentes, a Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

(v) *Capital social*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo quando aplicável.

3.10 *Receita operacional*

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução dos produtos/serviços puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos/serviços vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

3.11 *Novas normas e interpretações ainda não efetivas*

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

(i) Classificação - ativos financeiros

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2016, teriam um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais mensurados ao valor justo.

(ii) *Redução ao valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros e Ativos contratuais*

A IFRS 9 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9. No entanto, a Companhia ainda não finalizou a metodologia de perda por redução ao valor recuperável que aplicará no âmbito da IFRS 9.

(iii) *Classificação - Passivos Financeiros*

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.
A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material se as exigências da IFRS 9 relativas à classificação dos passivos financeiros fossem aplicadas em 31 de dezembro de 2016.

(iv) *Divulgações*

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Companhia planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que o Grupo irá reconhecer novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais. Não é previsto qualquer impacto significativo nos contratos de arrendamento financeiro da Companhia. A Companhia deve aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Bancos - conta movimento	8	3
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	<u>650</u>	<u>9.020</u>
	<u>658</u>	<u>9.023</u>

- (i) Estão representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancário (CDB), com remuneração fixada em 99% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os prazos para resgate são imediatos, com incidência de IRRF. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e possuem compromisso de recompra pelo emissor, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21.

5 Contas a receber

	2016	2015
Receita - CCEE (i)	<u>1.219</u>	<u>1.072</u>
Total	<u>1.219</u>	<u>1.072</u>

- (i) A Companhia tem direito a recebimento da receita fixa mensal a partir do período de entrega da energia contratada conforme descrito na nota 1. O efetivo pagamento da receita fixa está condicionado a emissão do Despacho de aptidão para operar pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica ocorrida em dezembro de 2014

Considerando a cláusula 5.6 do contrato de energia de reserva que prevê que as partes promoverão todos os pagamentos e/ou recebimentos devidos de forma conjunta, incluindo receita de venda e ressarcimento a pagar e que a Companhia dispõe de um direito legalmente executável para liquidar o montante líquido, bem como a intenção de fazê-lo, e apresenta em seus fluxos de caixa futuro um único montante líquido a receber, a Companhia apresentou em suas demonstrações financeiras apenas a receita já compensada com as obrigações desse contrato, como outras receitas.

6 Despesas antecipadas

Referem-se, substancialmente, a fianças bancárias referentes aos empréstimos junto ao BNDES e financiamento através de emissão de debêntures, apresentado na nota explicativa nº 10.

Além das fianças bancárias também há seguros referente a: responsabilidade civil, riscos relacionados ao cumprimento de obrigações com transmissora e Operador Nacional do Sistema Elétrico, risco operacional, seguro de vida em grupo e D&O que são apropriados no resultado de acordo com o período de vigência e competência. Segue abaixo composição:

	2016	2015
Seguros à apropriar	190	25
Fianças à apropriar	<u>653</u>	<u>1.669</u>
Total das despesas antecipadas à apropriar	<u>843</u>	<u>1.694</u>

7 Depósitos vinculados

	2016
Conta centralizadora (a)	344
Conta reserva serviço da dívida BNDES (b)	1.068
Conta reserva serviço da dívida Debêntures (c)	634
Conta reserva de O&M (d)	434
Conta reserva especial (e)	4.008
Conta de pagamento de debêntures (f)	<u>210</u>
Total contas reserva	<u>6.698</u>
Circulante	344
Não circulante	6.354

Refere-se a obrigações contratuais do financiamento com o BNDES e do registro de emissão de debêntures, conforme discriminado abaixo:

- (a) Conta reserva especial – conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente. Saldo refere-se ao pagamento de amortização e juros de empréstimo do mês subsequente, sendo classificado no circulante.
- (b) Conta reserva serviço da dívida BNDES – constituída pelo saldo equivalente ao valor de três (3) prestações mensais do serviço da dívida, vincendas, constituídas do principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (c) Conta reserva serviço da dívida Debêntures – constituída pelo saldo equivalente ao valor da próxima prestação vincenda do serviço da dívida de debêntures. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (d) Conta reserva de O&M – constituída pelo o valor necessário para perfazer o equivalente a ¼ (um quarto) do valor anual de pagamentos em decorrência do Contrato de O&M. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (e) Conta reserva especial – constituída com recursos transferidos da Conta Centralizadora, após observada a ordem de pagamentos e transferências determinada pelo Contrato de Financiamento. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (f) Conta de pagamento de debêntures – constituída mensalmente por recursos equivalentes ao valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação vincenda. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.

Os saldos são mantidos em contas de aplicação financeiras em renda variável, junto ao fundo Soberano Simples FIC, cujos rendimentos, no período de 12 meses anteriores foram equivalentes a 13,78% ao ano.

8 Outras contas a receber

A Companhia possuía até 31 de dezembro de 2015 um saldo de R\$ 1.906, registrado no ativo não circulante, referente a adiantamento realizado a fornecedor, cujo contrato foi rescindido, e a recuperabilidade do valor vinha sendo discutida pela Administração da Companhia. A Administração procedeu uma nova avaliação quanto a recuperabilidade deste crédito e decidiu baixar para o resultado do exercício de 2016 o referido montante em função da ausência de opiniões que suportem a manutenção deste ativo em seus registros contábeis.

9 Ativo imobilizado

A Companhia iniciou a construção da EOL Malhadinha I no exercício de 2013. Os custos incorridos até 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$ 124.784 (R\$ 107.606 em 31 de dezembro de 2015). Incluídos neste valor estão capitalizados os custos de financiamentos ocorridos até 31 de dezembro de 2016, durante a fase de construção, no montante total de R\$ 8.519. A Companhia capitalizou os custos de financiamentos como parte do custo de ativo qualificável na data de início, sendo esta a data em que a Companhia satisfaz às seguintes condições:

- (a) Incorreu em gastos com o ativo;
- (b) Incorreu em custos de financiamentos; e
- (c) Iniciou as atividades que são necessárias ao preparo do ativo para seu uso pretendido.

Os custos de financiamentos foram atribuíveis diretamente à aquisição e, à construção do ativo qualificável. O ativo imobilizado pode ser apresentado da seguinte forma:

	2014	Adição/ reclassificação	2015	Adição/ reclassificação	2016
Administração / Comercialização					
Máquinas e equipamentos	4	16	20	-	20
Equipamentos e processamentos de dados	18	1	19	(3)	16
Moveis e utensílios	21	12	33	7	40
Benfeitoria em imóveis de terceiros	33	-	33	-	33
Torres anemométricas	131	-	131	(131)	-
Direito de uso de software	1	1	2	-	2
Subtotal Administração / Comercialização	<u>208</u>	<u>30</u>	<u>238</u>	<u>(127)</u>	<u>111</u>
Parque eólico					
Acessos, obras e instalações	-	-	-	32.426	32.426
Sobressalentes	-	-	-	52	52
Transformador	-	-	-	1.090	1.090
Torres	-	-	-	5.582	5.582
Geradores	-	-	-	16.320	16.320
Nacelle	-	-	-	13.651	13.651
Pás	-	-	-	22.084	22.084
Outros Materiais e equipamentos	-	-	-	32.585	32.585
Subtotal Parque eólico	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>123.790</u>	<u>123.790</u>
Provisão para desmobilização (*)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.418</u>	<u>1.418</u>
Imobilizado em operação	<u>208</u>	<u>30</u>	<u>238</u>	<u>125.081</u>	<u>125.319</u>

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016

Construção em andamento	20.759	849	21.608	(21.608)	-
Adiantamento para inversões fixas	2.149	979	3.128	(2.009)	1.119
Linha de Transmissão	1.178	52	1.230	(1.230)	-
Subestação em andamento	1.722	237	1.959	(1.959)	-
Equipamento em andamento	62.848	1.193	64.041	(64.041)	-
Montagem eletromecânica em andamento	3.022	900	3.922	(3.922)	-
Filtros Harmônicos	-	1.589	1.589	(1.589)	-
Custos na fase de implantação	8.429	1.499	9.928	(9.928)	-
Imobilizado em andamento	100.107	7.298	107.405	(106.286)	1.119
Depreciação dos bens em operação	(21)	(16)	(37)	6	(31)
Depreciação do parque eólico	-	-	-	(1.603)	(1.603)
Amortização desmobilização	-	-	-	(20)	(20)
Depreciação Acumulada	(21)	(16)	(37)	(1.617)	(1.654)
Total	100.294	7.312	107.606	17.178	124.784

- (*) Com a finalidade de estimar os custos de desmobilização da Usina Eólica de propriedade da Companhia, a mesma Contratou uma empresa terceirizada que apresentou um laudo técnico precisando o custo de desmobilização da Usina Eólica. O estudo apontou que o custo aproximado de desmontagem do parque seria um valor de R\$ 1.418.

As taxas de depreciação anuais, de acordo com a vida útil estimada para cada componente são conforme a seguir apresentadas:

Administração / Comercialização	Taxas anuais médias de depreciação (%)
Equipamentos gerais	10
Veículos de uso administrativo	20
Equipamentos gerais de informática	20
Urbanização e benfeitorias	8
Parque eólico	Taxas anuais médias de depreciação (%)
Sobressalentes	5
Transformador	2,86
Torres	3,33
Geradores	5
Nacelle	4
Pás	6,67
Outros materiais e Equipamentos	5
Acesso,Obras, Instalações	3,33

A Companhia cedeu como garantia aos financiamentos, máquinas e equipamentos relativo do projeto, adquiridos, montados ou construídos também com recursos do contrato de financiamento, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 10.

10 Financiamentos e debêntures

A Companhia possui financiamento junto BNDES com o fim de desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimento de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata, incluindo centrais geradoras eólicas. Esse endividamento pode ser apresentado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 conforme a seguir apresentado:

	Taxas	2016	2015
Empréstimos			
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	2,65% a.a e TJLP	34.970	35.641
(-) Custos de captação de empréstimos		(22)	-
Total empréstimos		34.948	35.641
Circulante		2.509	4.007
Não circulante		32.439	31.634
Debêntures			
(-) Custos de captação de empréstimos	9,43% a.a	13.230	10.773
Total Debêntures		(118)	-
		13.112	10.773
Circulante		57	-
Não circulante		13.055	10.773
Total empréstimos e debêntures		48.060	46.414

As obrigações decorrentes do contrato de financiamento com o BNDES e escritura de emissão de debêntures foram garantidas por fianças bancárias:

- Carta Fiança 09050619824/000/0001- Escritura de Emissão de Debêntures: Emitida em 08 de julho de 2015 pelo HSBC Bank Brasil S.A. válida até 08 de julho de 2017.
- Carta Fiança 09050619824/003 - Contrato de Financiamento BNDES Nº 15.2.0287.1: Emitida em 27 de julho de 2015 pelo HSBC Bank do Brasil S.A válida até 27 de julho de 2017.

Para 31 de dezembro de 2015 as garantias da operação do empréstimo do BNDES e das debentures são compartilhadas, podendo ser assim demonstradas:

- Os acionistas e suas intervenientes deram em penhor a totalidade das ações na Companhia de sua titularidade.
- A Companhia cedeu fiduciariamente ao BNDES os direitos creditórios de que é titular provenientes do Contrato de Energia de Reserva n. 159/11 (CER). A Companhia, concedeu em penhor:
 - Os direitos emergentes da autorização decorrente da Portaria nº 228 de 13 de abril de 2012;
 - Máquinas e equipamentos relativo do projeto, a serem adquiridos, montados ou construídos com recursos do contrato de financiamento;

- Os direitos creditórios provenientes do contrato de fornecimento de bens e serviços para a implantação do Parque Eólico Malhadinha I (Aerogeradores), firmado em 05 de julho de 2013, entre a Beneficiária e a WEG Equipamentos Elétricos S.A.;
- Os direitos creditórios provenientes do contrato de Operações e Manutenção durante o período de Pós Garantia dos Aerogeradores no Empreendimento EOL Malhadinha I, firmado em 28 de abril de 2014, entre a beneficiária e WEG Equipamentos Elétricos S.A.;
- Os direitos creditórios provenientes do instrumento particular de arrendamento, assunção de obrigações e outros pactos, de 19 de setembro de 2008 e seus aditamentos, celebrado entre a Companhia, a Poloriza-Polar Agropecuária e Imobiliária S.A. e a interveniente SERVTEC;
- Os direitos creditórios provenientes de qualquer outro contrato relativo ao projeto que venha a ser celebrado e que seja relevante para sua operação e cuja contratação requeira anuência do BNDES.

As obrigações decorrentes do contrato com o BNDES foram garantidas por fiança bancária válida até julho de 2017.

A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência dos contratos de empréstimo e debêntures, ICSD (Índice de Cobertura de Serviço de Dívida) igual ou superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos). Adicionalmente para as Debêntures, a Companhia deverá manter a projeção do ICSD, durante toda a vigência das Debêntures, índice projetado equivalente a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), no mínimo. Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, a adimplência financeira, manutenção de garantias e das certidões públicas. O não cumprimento de tais cláusulas restritivas podem culminar em vencimento antecipado das parcelas. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia cumpriu todas as exigências relacionadas a estas cláusulas restritivas.

Para maiores informações sobre o gerenciamento de riscos, vide nota explicativa nº 21.

11 Outras contas a pagar

	2016	2015
Energia Elétrica	1	-
Comissão de fianças	574	1.033
Arrendamentos	17	17
Provisão para desmobilização (i)	1.418	-
Total	2.010	1.050
Circulante	575	-
Não circulante	1.435	1.050

- (i) Plano de Desmobilização com a finalidade de mensurar o custo de recuperação ambiental das áreas degradadas pela atividade explorada, o volume de material proveniente do desmatamento do parque e suas instalações e o volume de material considerado sucata, bem como os valores provisionados para a realização de tais serviços quando do desmonte da EOL Malhadinha I.

A valorização dos materiais foi realizada utilizando-se o preço do peso de cada material específico, comercializado por empresas de sucata. Para o cálculo do valor necessário para a remoção dos materiais do parque, foi adquirido dos fabricantes o peso de cada um dos principais

componentes de uma central geradora eólica. Para cálculo dos recursos necessários para a desmobilização, foram estimadas horas/homem e horas/máquinas para desmonte, corte e fracionamento de componentes, bem como limpeza da área do parque, transporte e destinação do material gerado.

12 Provisão para contingências

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2016 e 2015, sobre questionamentos judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil.

13 Patrimônio líquido

Capital Social

O Capital Social da Companhia é composto por 168.150 ações que correspondem a R\$ 80.211 milhões. Em 2016, ocorreu aumento de capital com emissões de ações ordinárias que podem ser assim apresentadas:

Emissões de ações em 2016

Data da Ata	Quantidade de ações	Valor do aumento de capital
04/07/2016	8.512	4.000
20/07/2016	2.116	1.000
27/12/2016	6.032	2.800
Total	<u>16.660</u>	<u>7.800</u>

Emissões de ações em 2015

Data da Ata	Quantidade de ações	Valor do aumento de capital
27/03/2015	20.826	11.000
29/05/2015	7.464	3.500
07/07/2015	9.620	4.500
Total	<u>37.910</u>	<u>19.000</u>

Cada ação ordinária possui o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. A propriedade das ações comprovar-se-á pelo registro na conta de depósito das ações da Companhia, aberta em nome dos acionistas nos livros de instituição depositária autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e designada pelos acionistas.

Qualquer transferência das ações será feita nos termos de eventual Acordo de Acionistas, mediante lançamento efetuado pela instituição depositária em seus livros, a débito da conta de ações de alienante e a crédito da conta de ações do adquirente de tais ações. A venda, a oneração ou a alienação por qualquer forma de ações, direitos de preferência à subscrição de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações vinculam-se e estão sujeitas aos termos e às condições previstos na legislação aplicável e no Acordo de Acionistas.

Política de dividendos e reservas

Do lucro líquido que tiver sido apurado nas demonstrações financeiras, serão observadas as seguintes disposições:

- (i) Haverá destinação para a constituição de reserva legal prevista na legislação aplicável.
- (ii) Do lucro remanescente, após as deduções e destinações do item (i) acima, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.
- (iii) Ao saldo ainda remanescente será dada a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração poderá propor para ratificação em Assembleia Geral o pagamento de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação vigente, que será considerado para todos os fins no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

Em 31 de dezembro de 2016 o lucro do exercício de R\$ 1.061 sendo parte destinado para a absorção dos prejuízos acumulados e o saldo remanescente constituídos reservas de lucros.

14 Receita operacional líquida

	2016	2015
Receita de energia contratada	4.062	-
PIS	(26)	-
COFINS	(122)	-
Total	<u>3.914</u>	<u>-</u>

15 Custos de operação

	2016	2015
Encargos de uso do sistema de transmissão - TUST	495	-
Custos regulatórias	31	-
Custos gerais	32	-
Custos com manutenção	150	-
Custos com pessoal	264	-
Serviços de terceiros	202	-
Custos sócio ambiental	15	-
Custos com infraestrutura	394	-
Custos de viagem	20	-
Depreciações e amortizações	1.546	-
Total	<u>3.150</u>	<u>-</u>

16 Despesas administrativas

	2016	2015
Despesas regulatórias	998	1.625
Despesas gerais	365	1.261
Despesa com manutenção	322	1.197
Despesas com pessoal	898	734
Serviços de terceiros	909	706
Despesa sócio ambiental	32	247
Despesa com infraestrutura	153	206
Despesas de viagem	53	71
Despesa com publicações	40	46
Depreciações e amortizações	72	16
Despesas tributárias	172	-
Despesas com associação de classe	12	12
	4.026	6.120
Total	4.026	6.120

17 Outras receitas (despesas)

	2016	2015
Outras receitas (i)	8.826	12.358
Outras despesas	(2.146)	(451)
Outras receitas, líquido	6.680	11.907

- (ii) O montante reconhecido como outras receitas no exercício de 2016 (até setembro) e 2015 refere-se à receita fixa mensal do Contrato de Venda de Energia de Reserva conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 5. Tendo em vista que a Companhia entrou em operação somente em 20 de outubro de 2016, a receita contratual recebida anteriormente foi registrada como outras receitas.

18 Resultado financeiro líquido

As despesas e receitas financeiras são assim sumarizadas:

	2016	2015
Receita financeira	738	1.099
Variação monetária ativa	3	4
Receita financeira	741	1.103
Juros sobre empréstimos	1.663	4.712
Fianças bancárias	388	1.740
Juros passivos	365	77
Comissões	-	75
Custo CETIP	3	13
IOF	2	36
Tarifas bancárias	1	1
Custos de captação de empréstimos	91	-
Multas por atraso de pagamento	-	1
Despesas financeiras	2.513	6.655
Resultado financeiro líquido	(1.772)	(5.552)

Até agosto de 2016 a Companhia capitalizou as despesas financeiras no imobilizado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, uma vez que o ativo entrou em operação a partir de setembro de 2016.

No exercício de 2015, conforme descrito na Nota Explicativa nº1, devido a Companhia ter obtido a liberação como apta para operar a partir de 30 de dezembro de 2014, as capitalizações das despesas financeiras cessaram e passaram a ser reconhecidas no resultado do exercício, conforme previsto no CPC 20.

19 Tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía bases de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, no montante de R\$ 924 (em 31 de dezembro de 2015 R\$ 1.482). O Saldo do crédito tributário constituído sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro em 2016 é de R\$ 362 (em 31 de dezembro de 2015 R\$ 528). Em 2016 a empresa auferiu um lucro fiscal de R\$ 1.861, compensando 30% com saldo de prejuízos fiscais e base negativa, conforme demonstrado a seguir:

<u>IRPJ e CSLL Corrente</u>	2016	2015
Lucro Líquido antes do IR e CS	1.646	235
(+) Adições	360	-
(-) Exclusões	(145)	-
(=) Lucro Contábil	1.861	235
(-) Compensação prejuízo fiscal	(558)	(71)
(=) Lucro tributável	1.303	165
IRPJ	195	25
IRPJ adicional	106	-
Total IRPJ	302	25
Total CSLL	117	15
Total IRPJ/CSLL corrente	419	40
<u>IRPJ e CSLL Diferido</u>	2016	2015
Saldo prejuízos fiscais	-	(1.482)
Compensação de prejuízos fiscais	558	-
IRPJ	84	(222)
IRPJ adicional	32	(172)
Total IRPJ Diferido	116	(394)
Total CSLL Diferido	50	(133)
Total IRPJ/CSLL Diferido	166	(528)

20 Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e os diretores. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração em 2016 foi de R\$660 (R\$ 496 em 2015).

b. Outras transações com partes relacionadas

	2016	2015
<i>Ativo imobilizado</i>		
Servtec Desenvolvimento Ltda. (i)	-	385
<i>Despesas administrativas</i>		
Rio Bravo Investimentos Ltda.	-	-
Rio Bravo Project Finance Asses. Emp. Ltda. (ii)	-	133
Total	-	518

Todas as transações com partes relacionadas são precificadas com base em condições acordadas entre as partes. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano em curso ou ano anterior para dívidas incobráveis ou duvidosas em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

- (i) Os valores pagos à Servtec Desenvolvimento Ltda. em 2015 referem-se a serviços de Engenharia do Proprietário prestados por parte relacionada a Companhia e registrados em contra partida ao ativo imobilizado.
- (ii) Os valores pagos à Rio Bravo Project Finance em 2015 referem-se ao reembolso de despesas e foram contabilizadas no resultado como despesas administrativas.

21 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com remuneração em títulos de curto prazo.

	2016		2015	
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
Ativos				
Bancos e aplicações	658	658	9.023	9.023
Clientes	1.219	1.219	1.072	1.072
Estoques	-	-	48	48
Outras contas a receber	-	-	1.906	1.906
Outros ativos	938	938	1.824	1.824
Passivos				
Empréstimos	34.948	34.948	35.641	35.641
Debêntures	13.111	13.111	10.773	10.773
Fornecedores e outras contas a pagar	5.734	5.734	3.108	3.108

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito,
- Risco de liquidez,
- Risco de mercado.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa, equivalentes de caixa e outras contas a receber, conforme detalhado a seguir:

(i) *Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações*

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo Departamento Financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do *rating* atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira.

Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras a curto prazo (*)	31/12/2016	31/12/2015
AAA (bra)	658	9.023

(*) Conforme classificação de *rating* pela agência de risco Fitch Rating.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	A vencer em até 1 ano		A vencer acima de 1 ano		Totais	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Empréstimos	2.509	4.007	32.439	31.634	34.948	35.641
Debêntures	57		13.055	10.773	13.111	10.773
Fornecedores e outras obrigações	4.299	2.960	1.435	1.050	4.299	4.010
Totais	6.865	6.967	46.929	43.457	52.359	50.424

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas para travar o custo financeiro das operações.

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

* * * *

Diretoria

Guido Prestes Lemos

Wilson Roberto Melo

Conselho de Administração

Pedro Cunha Fiuza

Nelson Magalhães Graça

Rafael Pesce

Rodrigo Nelson Brum Selles

Pedro Duarte Guimarães

Ricardo Tornelli Mateoli

Lauro Fiuza Neto

Contador

Antônio Werk Rodrigues Pereira
CRC-CE 016296/0-8